

ATA 002 DE PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA (CMJC)

Em 12 de abril de 2023, às 10h26', na Casa da Juventude do Centro, situada à Rua Santo Cristo, 144 - Santo cristo - Rio de Janeiro - RJ, se iniciou a segunda reunião Plenária do Conselho Municipal da Juventude Carioca com a participação de **24 (Vinte e quatro)** Conselheiros de forma presencial, sendo o Sr. Salvino Oliveira e a Sra. Gabriella Sampaio representantes da JUV-RIO, juntamente com Flávia Furtado, Oziel Baiense e Carolina Krugel, da JUV-Rio; os Conselheiros Marco Aurélio e Andréia Carvalho, representantes da SME; a Conselheira Bianca Medina, representante do IPP; a Conselheira Camila Peçanha, representante da AP5; a Conselheira Cristiana Barbosa, representante da SMAS; o Conselheiro Erick Correia, representante da UJS; o Conselheiro Gabriel Leal, representante da SMEL; o Conselheiro Daniel Pontes, representante da AP2; o Conselheiro Luiz Menezes, representante da AP3; a Conselheira Jessica Oggioni, representante do CIEDS; a Conselheira Juliana Laxe, representante da SMCT; o Conselheiro Kawan Lopes, representante da AP5; o Conselheiro Lucas Gregório, representante da AP3; o Conselheiro Lucas Farias de Aquino, representante da UBES; a Conselheira Madeleine Moreira, representante da AP1; a Conselheira Maíra Franca, representante da SMDEIS; o Conselheiro Marcelo Matos, representante da SMCT; o Conselheiro Marlon Soares, representante da AP3; o Conselheiro Rogério Marrara, representante da SECID; a Conselheira Sâmela Donza, representante da SPM-RIO; a Conselheira Thaiza Conceição, representante da SECID e o Conselheiro Wellton Domingos, representante da ONG Africa. Também esteve presente Dianna Yara, como ouvinte. O Sr. Salvino Oliveira deu início à Plenária agradecendo aos participantes do GT do Regimento Interno pelo esforço e pontuando que o CMJC representa a heterogeneidade e complexidade da juventude carioca. O Sr. Salvino agradeceu também à UNISUAM por ceder o espaço sem nenhum custo para a Plenária do CMJC. Foi feita a primeira chamada às 10h26' e a segunda chamada às 10h35'. O Sr. Salvino Oliveira propôs que a leitura seja feita integralmente por seção, e ao final de cada seção será votada sua aprovação, considerando sugestões de alteração e exposição de motivos poderão ser feitas em até 3 minutos e lembrou que na ocasião só votam os Conselheiros titulares. O capítulo 1 foi aprovado por unanimidade. O capítulo 2 foi aprovado por 16 votos favoráveis. O capítulo 3 foi aprovado por unanimidade. O capítulo 4, seção 1 foi aprovado por unanimidade. A seção 2 teve proposta do Conselheiro Lucas para supressão do Art. 10, que obteve 7 votos favoráveis, 8 votos contrários e 3 abstenções. Assim, foi aprovada a seção 2. O Conselheiro Daniel Pontes pontuou que durante as reuniões do GT foi combinado não haver novos debates sobre conteúdos já votados no GT de construção do Regimento, em respeito aos meses de reunião dedicados ao mesmo. O Sr. Salvino Oliveira afirmou que a Plenária é sempre soberana sobre as discussões. O Conselheiro Erick propôs a adição de um parágrafo no Art. 14 que acrescente o voto do suplente no grupo de trabalho, sendo aprovado o capítulo V por unanimidade com estas alterações. A seção I do capítulo V foi aprovada por unanimidade. A seção II foi aprovada por unanimidade. A seção III foi aprovada por unanimidade, com supressão de artigo da sessão anterior. O capítulo VI foi aprovado por unanimidade. A seção I da Plenária obteve proposta do Sr. Salvino Oliveira de supressão dos parágrafos do Art. 23, obtendo apoio de 4 votos, 10 votos contrários e 3 abstenções, sendo mantido o artigo e aprovada a seção I. A Subseção I foi aprovada por unanimidade. A Subseção II foi aprovada por unanimidade. A subseção III foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Sâmela Donza pediu justificativa de esclarecimento sobre os termos usados no Art. 36 e, após debate, pediu edição do texto do Art. 48 que foi aprovado por maioria simples, com 1 voto contrário e 1 abstenção. A Subseção IV foi aprovada por unanimidade. A seção II foi aprovada por unanimidade. A subseção I foi aprovada por unanimidade. A subseção II foi aprovada por unanimidade. A subseção III foi aprovada por unanimidade. A subseção IV foi aprovada por consenso após consideração do Conselheiro Erick da UJS para trocar para "secretário-geral" conforme a lei. O Conselheiro Kawan propôs que a ouvinte Dianna integrasse a mesa para colaborar na realização da

leitura, o que foi concordado em unanimidade. A seção III foi aprovada por unanimidade. A seção IV obteve proposta de inclusão do parágrafo quarto do Art. 65, sendo aprovado por maioria simples. A seção foi aprovada por unanimidade. Os Conselheiros da SME pontuaram sua saída por motivos de agenda. A subseção I obteve proposta de alteração em seu Art. 68 pela Conselheira Sâmela, para inserir a palavra “apoio” no corpo do texto com 9 votos a favor e 1 abstenção. Também recebeu proposta do Conselheiro Daniel o Art. 71, aprovado por maioria simples com 2 abstenções. A subseção I foi aprovada por unanimidade após estas alterações. A subseção II foi aprovada por unanimidade. A seção V obteve proposta de alteração pelo Conselheiro Erick que propôs que a Mesa Diretora tenha atribuição para criar Comissão, editando o Art. 80, com a justificativa que nem todos os temas são ligados às comissões, dando o exemplo do GT do Regimento Interno. A proposta foi aprovada por 12 votos favoráveis e 5 votos contra, sem abstenções. Assim, foi aprovada a Seção V, tendo 1 voto contrário. O Conselheiro Gabriel, da SMEL, apontou sua saída da Plenária. A seção VI foi aprovada por unanimidade. O capítulo VIII, das disposições gerais, foi aprovado por unanimidade. Foi feita uma última votação simbólica para aprovação geral do Regimento Interno, que foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Lucas trouxe disposições transitórias, enviadas via e-mail no dia anterior e realizou a respectiva leitura. O Sr. Salvino recontou os Conselheiros titulares presentes, sugerindo que este debate ficasse para a próxima reunião por falta de quórum. O Conselheiro Daniel pontuou que esta contribuição não estava na pauta, e a Conselheira Sâmela pontuou que o Regimento aprovado diz que as matérias a serem aprovadas deverão ser encaminhadas com antecedência de cinco dias à Mesa Diretora ou à Presidência, se manifestando contra. O Conselheiro Erick Correia também se manifestou contra considerando que as disposições transitórias têm valor regimental. O Sr. Salvino Oliveira apontou a saída de mais 2 Conselheiros, não sendo possível a continuação do debate sobre as disposições transitórias. O Conselheiro Daniel propôs a criação de um GT para elaborar um edital eleitoral, e obteve apoio do Conselheiro Erick. O Conselheiro Lucas se manifestou contrariamente, pontuando que deste modo a reunião de maio não terá pauta. A Conselheira Madeleine questionou a Plenária do CMJC sobre a falta de quórum, sobre de que forma se daria o encaminhamento nesse caso. O Sr. Salvino pontuou que é uma questão sensível para se tratar sem quórum e representação, ficando o debate para a próxima semana. Flávia, da JUV-RIO, pontuou que podem ser chamadas reuniões extraordinárias nestes casos. O Conselheiro Lucas propôs nova reunião ainda durante o mês de abril para tratar das disposições transitórias. O Sr. Salvino pontuou que para marcar nova reunião é necessário $\frac{1}{4}$ das cadeiras, o que não seria possível deliberar com a quantidade de presentes, e propôs o envio de um ofício convidando a todos os Conselheiros para ser chamada nova reunião, dando esta Plenária por encerrada às 12h30’.